

Tornarmo-nos Terranos no Antropoceno: estamos atrasados?

Raphael Vianna Mannarino Bezerra³

Resumo: O objetivo deste ensaio é atentar para algumas controvérsias que acompanham a chegada dessa nova época, particularmente no Brasil, e destacar a presença de três diferentes grupos na matriz discursiva do Antropoceno: os aceleracionistas, os ecomodernistas e os Terranos. Esclarecer o que está em disputa nesse tempo é urgente e tal tarefa não parece fácil. É diante desse desafio que proponho a seguinte questão: estamos atrasados?

Palavras-chave: Antropoceno; Terranos; Multiverso; Ecologia Política.

Emaranhados no Antropoceno

A influência humana no curso das dramáticas transformações ambientais do período pós-Segunda Guerra, com a Grande Aceleração do Século XX (Steffen *et al.*, 2011), corroborou para a ocorrência de uma série de descontinuidades espaço/temporais até que, debate-se atualmente, tenha adquirido, tal influência, a magnitude de uma força geológica. Origina-se daí a sugestão da chegada de uma nova época denominada como o Antropoceno. Para Paul J. Crutzen, um dos propositores do termo, na ausência de uma catástrofe global como, por exemplo, o impacto de um meteorito ou uma pandemia, a humanidade permanecerá como a principal força ambiental por milênios (Crutzen, 2002; Crutzen, 2010). O termo Antropoceno sugere, portanto, dois fatores, a saber: i) a Terra está se movendo para outra época geológica; ii) a atividade humana é largamente responsável por essa saída do Holoceno, o que prediz que a humanidade adquire o caráter de uma força geológica global (Stephen *et al.*, 2011). O trabalho de Waters (*et al.*, 2016) aponta diferenças funcionais e estratigráficas entre o Holoceno e o Antropoceno a partir da investigação de depósitos antropogênicos em sedimentos e amostras de gelo. Os autores observam a presença de concreto e de diferentes tipos de plásticos, assim como as assinaturas geoquímicas com elevados níveis de hidrocarbonetos poliaromáticos, bifenilas policloradas, resíduos de pesticidas e acréscimos nas taxas de chumbo em

³ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGMA/UERJ).



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

virtude da queima de gasolina - iniciando entre 1945 e 1950. No estudo também foram considerados outros fatores, como os depósitos de radionuclídeos artificiais; as extinções e as invasões de espécies biológicas; o aumento do nível do mar acima das taxas do Holoceno tardio; e o aumento da temperatura média global acima da variação Holocênica. Estes são, portanto, alguns elementos que marcam a nossa história recente e que trouxeram para o horizonte um evento dotado de potência geológica: uma raridade no que tange à nossa imprecisão atual para prever, com alguma exatidão, os eventos geológicos de elevada magnitude.

Há, para a formalização do Antropoceno, o requisito de que a influência humana deixe um sinal claro, amplo e distintivo nos estratos geológicos. E assim começam a se desdobrar as inúmeras controvérsias acerca da formalização de uma nova época geológica cuja humanidade passa a “ser um dos fatores capazes de influir no planeta em sua totalidade” (Latour, 2016a, p. 63). Se por um lado o Antropoceno pode ser uma oportunidade para a recusa da velha dicotomia entre Natureza e Humanidade, que estaciona a ciência e a política desde o modernismo (Latour, 2014a); por outro lado, com alguma frequência, o termo é utilizado de maneira a evitar o comprometimento mercadológico de setores (agro)industriais específicos, notadamente quando estes reivindicam o nascimento do Antropoceno em um período que antecede ao empreendimento em larga escala de suas atividades. Foi no seio dessa dinâmica conflitante que a Comissão Internacional de Estratigrafia (ICS), um comitê da União Internacional das Ciências Geológicas (IUGS) - que por sua vez é responsável pela definição oficial da escala geológica -, criou um grupo de trabalho⁴ com a função de investigar a possibilidade de formalização do Antropoceno como uma nova época na história geológica da Terra.

O problema se desenvolve na medida em que vai ficando cada vez mais evidente que os esforços empreendidos para alcançar um estágio moderno não fizeram senão nos emaranhar à Terra em um tal ponto que nem o mais eficiente sistema de fusos de um tear parece ser suficiente para desembaraçar. Esta é a complexa questão que temos de lidar: “quanto mais avançamos no tempo, menos fica possível distinguir a ação humana, o uso das técnicas, a passagem pelas ciências e a invasão da política” (Latour, 2016a, p. 63). O filósofo Gilles Deleuze, em “conversações” (2013, p. 34), falou sobre um “ar do tempo [...] em que pesquisas convergentes estão sendo realizadas em domínios muito diversos”. Ocorre que o ar de nosso tempo encontra-se aquecido, poluído, disputado,

⁴ Ver: <<http://quaternary.stratigraphy.org/workinggroups/anthropocene/>>. Acesso em: nov. 2016.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

e a sensação de um lento sufocamento parece cada vez mais inevitável. Logo, ainda que o Antropoceno não tenha sido formalizado, a ampla utilização do termo fomenta a expansão de uma nebulosa discursiva onde as controvérsias e os acordos possíveis necessitam ser colocados no mesmo plano. O pretendido aqui é sugerir para que a Terra seja esse plano: tornarmo-nos Terranos para não sufocarmos.

Será, portanto, através de um breve trânsito pela nebulosa Antropocênica que será destacada a presença de três grupos – seguramente uma simplificação - na matriz discursiva dessa nova época, enfatizando algumas particularidades do cenário brasileiro. São os grupos: o grupo que concebe o crescimento econômico como o destino inexorável de todos os povos da Terra, e que quando não os ignoram (os distintos povos e as assembleias de espécies biológicas que habitam a Terra coletivamente) pretendem inseri-los, através de estratégias diversas, nas dinâmicas do Mercado⁵, aqui denominados, em uma referência à Grande Aceleração, como os aceleracionistas; o grupo que concebe o Antropoceno como um tempo de soluções majoritariamente técnicas para o controle daquilo que a própria tecnociência⁶ ajudou a produzir, aqui referidos como os ecomodernistas; e os Terranos, grupo que resiste à dominação dos refúgios da Terra, assim definido, cabe dizer, por uma interpretação pessoal do termo proposto por Latour (2014a, p. 23): os “*Terranos* que vivem no Antropoceno”.

A Terra inexorável: reconhecer a guerra para evitar a barbárie

Em 08 de agosto de 2016, foi ultrapassado o limite entre o que poderia ser utilizado e o que a Terra seria capaz de regenerar no período de um ano.⁷ Por que, então, diante das tantas evidências que atestam que a Terra já não é suficiente para suprir o crescimento econômico atual, ainda parecemos atolados na lama que nos impede de experimentar outros possíveis?

Evidentemente que não há aqui uma resposta para essa pergunta, o que não impede o exercício reflexivo. O Filósofo Michel Serres, na obra intitulada “O contrato natural” (1990, pp. 11 – 14),

⁵ Um exemplo, conforme observa o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (2015, p. 19), é a desproteção jurídica de terras públicas e espaços sob regimes tradicionais para torna-los produtivos sob a lógica da propriedade privada, aos objetivos do agronegócio, da mineração e da especulação fundiária.

⁶ Uma corrente de pesquisa na qual “as ciências estabelecem seus problemas centrais em relação às técnicas, utilizando instrumentos técnicos e para encontrar soluções técnicas.” (Casanova, 2006, p.335).

⁷ Disponível em: < <http://www.overshootday.org> >. Acesso em: ago. 2016.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

descreve – inspirado na obra “Lucha con palos”, do pintor espanhol Francisco de Goya - dois inimigos que brandiram os seus respectivos varapaus sobre a areia movediça. Na medida em que a luta se acirra, a areia parece ganhar terreno sobre os corpos dos lutadores. A dúvida sobre quem sairá vencedor ou perdedor paira sobre os apostadores que, inebriados diante do espetáculo banal, negligenciam, assim como os lutadores, o lento movimento do substrato inconsolidado sobre o qual chafurdam igualmente sem perceber. Nesse lento movimento, as chances seriam maiores para aquele que aposta em quem vai perder. Incluídos os apostadores! Ora, nessa batalha, quem parece ganhar terreno senão o pântano? Como nos indaga Serres (1990, p. 12) “em que areias movediças nos atolamos em conjunto, adversários ativos e espectadores perigosos?”. Trata-se, afinal, de uma aposta perigosa, pois se ganharmos, seguiremos no curso da história mesma que nos traz as evidências de uma Terra hostil aos nossos empreendimentos ávidos por crescimento; mas se perdermos estaríamos, nesse momento, despreparados para uma catástrofe. Astúcia, ainda com Serres, é apostar na nossa responsabilidade, já que nesse caso, se perdermos, estaríamos na condição mesma da primeira aposta, mas se ganharmos, ganharíamos muito mais do que os ganhos históricos nos proporcionaram até agora em termos de uma “Terra reativa” (tomo emprestado o termo de Isabelle Stengers). A história passaria a ser considerada no seu entorno, no pântano mesmo que parece engolir os guerreiros e os espectadores. É exatamente isso que parece estar ocorrendo àqueles que percebem o movimento desse entorno e, embora não o façam sem controvérsias importantes, as conferências sobre o clima e sobre a biodiversidade atestam a entrada dessas questões no pantanoso terreno da política.

Bruno Latour (2016b) observa que durante a COP 21, realizada em 2015, em Paris, foi despertada nos diplomatas presentes a noção de que o mundo para o qual estamos nos movendo não seria capaz de suprir a totalidade das reivindicações expostas na visão de futuro dos estados soberanos presentes na conferência. Assim, emerge a noção de que o mundo não é o suficiente para tantos anseios: “um mundo Global sem existência Terrestre” (Latour, 2016b, p.2). Logo, outros caminhos parecem mostrar-se necessários. O autor sugere um novo atrator: o retorno à Terra, que não é um Globo - não é suficiente para a globalização modernista - e tampouco é tão pequena para incluir todos nós nas emergentes reivindicações, sobretudo as neonacionalistas, para um retorno às terras (com “t” minúsculo) ancestrais. Assim, o terceiro atrator tem como objetivo redescobrir; reencontrar a Terra indefinida.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Partamos do aspecto de destino inexorável capitalista: no qual as leis da economia - o que Latour (2014b) denominou como uma noção que remete ao “regimento da segunda natureza” - poderiam se igualar ou sobrepor a entropia⁸. Latour (2014b) atenta que é o capitalismo agora que parece caminhar como a natureza do Holoceno, ao passo que a Terra nos apresenta o complexo retrato da ciência, da moral, das controvérsias e da política. O Antropoceno é, portanto, mais um dentre os tantos outros nomes possíveis para esse momento⁹. Para Latour (2014b), a historicidade nos mostra que é a Terra que está passando por uma subversão em um ritmo vertiginoso, enquanto a economia ainda parece funcionar como um relógio. Assim, a economia permanece no Holoceno, mas a ecologia e a economia não estão lidando mais com a mesma natureza e, portanto, segundo o autor, aquela que vai vencer determinará o nosso futuro.

É em virtude desse aspecto controverso que mesmo com um considerável consenso¹⁰ da comunidade científica sobre as mudanças climáticas, basta, conforme adverte Latour (2014a), a presença de um lobista ou um cético das mudanças climáticas - e não é raro que um mesmo ator interprete os dois papéis - e toda a discussão política é afetada, enquanto o crescimento econômico, o objetivo de um mercado global que “regula como que por milagre os intercâmbios humanos no planeta” (Guattari, 2015, p. 380), segue acelerando sobre a Terra, ainda influenciado, vale dizer, pela narrativa de uma modernidade que “supõe a extensão progressiva da natureza, cujas leis universais substituíram pouco a pouco a diversidade das crenças subjetivas” (Latour, 2016a, p. 204). Cabe atentar que isso não ocorre sem a emergência de uma perspectiva outra, que nas palavras de Latour (2016a, pp. 204, 205), “supõe [...] o desaparecimento progressivo da distinção entre o mundo dos sujeitos e o dos objetos, o emaranhamento cada vez maior entre o governo dos homens e o governo das coisas” e, assim, “nos damos conta [...] que passamos [...] do infinito ao finito [...] do infinito ao múltiplo, ao complicado, ao implicado”.

⁸ A entropia é aqui entendida como a possibilidade de perda de um sistema na capacidade de funcionamento (Casanova, 2006, p. 327).

⁹ Para uma reflexão mais detalhada acerca das possíveis implicações do termo Antropoceno, assim como a possibilidade de outros nomes que possam substituir tal termo e ainda caracterizar essa nova época de crise ambiental ver: Haraway (2015); Haraway *et al.*, (2015).

¹⁰ Ver: Cook (*et al.*, 2013).



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

O antropólogo Arturo Escobar (2015) observa que a atual pressão sobre os territórios em nível mundial pode ser entendida como uma verdadeira guerra contra os mundos de ontologias relacionais – ontologias onde os humanos e os não-humanos preexistem às relações que os constituem – e, portanto, uma guerra contra os mundos relacionais, com a intenção de dismantlar todo o coletivo (Escobar, 2015). Assim, o que se coloca em questão no Antropoceno é uma guerra pelo controle do mundo que habitamos coletivamente (Latour, 2014a), e que ameaça um número crescente de formas-de-vida¹¹ e os seus territórios em uma Terra cada vez mais multiterritorializada¹². É nesse cenário que emergem os diversos conflitos gerados pelo avanço do que Escobar (2015) denominou como a ontologia dualista – pois dicotômica - da modernidade, que atingiu a sua máxima expressão com a globalização.

Agora, como observa Latour (2002), ser global se tornou um problema a ser resolvido, uma vez que a solução para os conflitos (a Natureza unificada: o mononaturalismo da Razão) já não está mais disponível como nos tempos da modernização. Se por um lado existem problemas causados pela unificação globalizante, a fragmentação também começa a se tornar problemática: a fragmentação parte o mononaturalismo e a homogeneização vela as ontologias relacionais; e as contradições e batalhas começam a aparecer de ambos os lados. Estamos, pois, nessa perspectiva, diante de uma Guerra dos Mundos, onde a paz da modernidade – que não reconhecia a existência de conflitos potenciais para além de manifestações das representações [culturais] - já não é capaz de resolver. Esclarecer, então, a existência de uma guerra torna-se crucial para alcançar a paz em um mundo a ser composto progressivamente, sem ser idealizado, sem que seja forçado o abandono de ontologias: “Que os “aceleracionistas”¹³ reconheçam que tenham inimigos para que seja possível oferecer uma oferta de paz”. Portanto, pensar sobre o trabalho diplomático a ser realizado no lugar de continuar falando sobre progresso, modernidade e desenvolvimento sem perceber o preço que poderá ser pago para alcançar tais objetivos (Latour, 2002, p. 3). Se “desde o momento em que entramos no

¹¹ Segundo Agamben (2015, pp. 13-14), o termo forma-de-vida prediz uma vida que jamais pode ser separada de sua forma e consiste portanto, em uma vida que “no seu modo de viver, está em jogo o próprio viver e, no seu viver, está em jogo antes de tudo o seu modo de viver”.

¹² Para Haesbaert (2014, p. 85), “a multiterritorialidade aparece [...] como uma alternativa conceitual de um processo considerado por muitos, genericamente, como marcado pela desterritorialização”. Nesse sentido, para além da perda territorial, “[...] estamos, na maior parte das vezes, vivenciando a intensificação e [a] complexificação de um processo de reterritorialização muito mais múltiplo, multiterritorial”.

¹³ No original, Bruno Latour (2002) refere-se aos “modernos”. Aqui substituído por “aceleracionistas” para que se adeque melhor aos objetivos do texto.

multiverso, temos que lidar com a guerra dos mundos” (Latour, 2016a, p. 161), descobrir as maneiras de compor o multiverso mostra-se como um dos maiores desafios políticos, e também científicos, de nosso tempo. Cabe atentar, conforme destaca Latour (2014a), que a ciência e a política são atividades passíveis de equívocos, tão logo suas operações não sejam constantemente sustentadas. Contudo, para o autor, elas não podem atuar separadamente, afinal, sem os instrumentos da ciência, o corpo político não saberá quantas entidades desconhecidas será preciso levar em consideração e, por outro lado, sem a política, o mesmo corpo político não saberá ordenar, selecionar e ranquear o número de agências com as quais ele tem que compor o que Latour entende por *mundo comum*, ou seja, a política com ciência (Latour, 2014a), para co-habitar, na perspectiva aqui proposta, a Terra inexorável.

Certo Antropoceno Brasileiro: controvérsias para além da geologia

Sobre algumas controvérsias dessa nova época no Brasil, partamos de uma breve reflexão sobre o rompimento da barragem de rejeitos e resíduos de mineração em Minas Gerais, no dia 05 de novembro de 2015. Tendo em vista a proximidade de ocorrência do evento, seria irresponsável especular sobre a real magnitude do mesmo, sobretudo pelos efeitos cumulativos e pela propagação do impacto por áreas extensas em virtude da conectividade entre paisagens por corpos hídricos¹⁴. Contudo, uma controvérsia se destaca: uma marca no palimpsesto geomorfológico que atesta mais uma dose de morbidez de um projeto desenvolvimentista cuja insistência em um modelo extrativista é uma característica permanente.

O arco do desmatamento e a flecha do tempo

“Ambientalistas, deem licença! O Brasil precisa crescer”. Com esse título, uma matéria veiculada em 20 de dezembro de 2016 ganhava destaque no site oficial da Frente Parlamentar da

¹⁴ Para um detalhamento dos impactos preliminares decorridos desse episódio ver: Laudo Técnico Preliminar emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em novembro de 2015. O laudo aponta que o rompimento da barragem de rejeitos denominada Fundão “causou a destruição de 1469 hectares ao longo de 77 km de cursos d’água, incluindo áreas de preservação permanente” (IBAMA, 2015, p.10).



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Agropecuária¹⁵. Quando da ocorrência da Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas, em Marrocos, em novembro de 2016, o Ministro Brasileiro da Agricultura fora questionado sobre as suas declarações que diziam respeito ao compromisso assumido pelo Brasil no Acordo Climático de Paris, no final de 2015. Em resposta concedida ao Jornal “Estado de São Paulo”¹⁶, o Ministro colocou: “É intenção. Não é a agricultura e a pecuária que tem de pagar essa conta. As metas são metas gerais que o Brasil colocou e ali deu uma indicação de por onde pode sair, mas se não cumprir através de reflorestamento ou de melhoramento de pastagem, vai ter de fazer em outro lugar. Não é obrigação da agricultura. Não queiram pendurar essa conta no setor agrícola sozinho.”

A controvérsia se desenvolve em um momento no qual a produtividade do agronegócio vislumbra alcançar taxas recordes¹⁷, ao passo que o avanço da fronteira agropecuária *tensiona* o arco do desmatamento e lança a flecha do tempo (entropia)¹⁸ em distâncias cada vez mais profundas na Amazônia¹⁹, e nos demais biomas brasileiros²⁰. Não o faz sem o preguiçoso uso do fogo²¹ para transformar as florestas em pastos²² e em paisagens de monoculturas entediantes com Organismos

¹⁵ A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) conta com 198 deputados e 22 senadores, tem como objetivo, conforme consta no Art. 1º de seu estatuto, “estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional”. Estatuto disponível em: < <http://www.fpagropecuaria.org.br/estatuto>>; matéria disponível em: < <http://www.fpagropecuaria.org.br/destaques/ambientalistas-deem-licenca-o-brasil-precisa-crescer#.WF1skGUKiOM> > Acesso em: abr. 2017.

¹⁶ Disponível em: < <http://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/para-blairo-maggi-metas-brasileiras-para-o-clima-sao-so-intencao/> > Acesso em: abr. 2017.

¹⁷ As projeções (2014-2015/2024-2025), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2015), estimam um aumento de 11 milhões de hectares na área plantada com lavouras até 2024/2025.

¹⁸ A entropia pode ser atribuída como a flecha do tempo (Leff, 2005), pois, uma vez lançada não tem mais retorno.

¹⁹ Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) a taxa de desmatamento anual (km²/ano) da na Amazônia Legal, no ano de 2015, foi de 6.207, um aumento de 24% em comparação ao ano anterior (2014); o acumulado no período 1988-2015 é de 413882 km²/ano. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2015n.htm>. Acesso em: out. 2016.

²⁰ O arco do desmatamento refere-se, notadamente, ao avanço da fronteira agropecuária sobre o bioma Amazônico. Para um panorama mais detalhado, embora carente de atualização, sobre a situação dos biomas brasileiros ver: <<http://www.mma.gov.br/florestas/controle-e-prevencao-do-desmatamento>>. Acesso em: abr. 2017.

²¹ A série histórica disponível no Portal do Monitoramento de Queimadas e Incêndios do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) demonstra que no ano de 2016 – até o dia 25/10/2016 - a ocorrência de focos de queimadas foi contabilizada em 155043. Cabe atentar que na série histórica de sete anos disponibilizada no Portal, o número de focos contabilizados em 2016 é superior aos anos de 2011, com 107.136 focos; 2013, com 87.393 focos; e 2014, com 149.598 focos. O ano com o maior número de focos foi 2010, com 223.677 focos, e ficou à frente dos anos de 2015, com 185.851 focos, e 2012, com 165.978 focos. Disponível em: < <http://www.inpe.br/queimadas/situacao-atual> > Acesso em: abr. 2017.

²² A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) observa que o agronegócio gerou quase 70% do desmatamento na América Latina e no Caribe no período entre 2000 – 2010. O relatório atenta para



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Geneticamente Modificados (OGM) embebidos em agrotóxicos²³, e, com alguma frequência, utilizando uma força de trabalho análoga à escravidão²⁴. No que concerne aos discursos daqueles que reivindicam essas práticas, é possível simplificar no seguinte argumento: é preciso, eles dizem, “enriquecer, alimentar e modernizar o Mundo!”. Um olhar histórico – cabe atenção à carga semântica do nome do Brasil (Pádua, 2002, p. 82) - nos mostra que muitos mundos foram assediados por argumentos semelhantes à estes. Argumentos que quando postos em prática, notadamente nos dias de hoje, limitam, quando não impedem, o acesso à terra, à água e ao ar com as respectivas qualidades e quantidades adequadas às necessidades das inúmeras assembleias indispensáveis à sobrevivência dos coletivos no seu nível mais elementar; o território como colocado por Latour (2014a, p. 24), a saber, “aquilo sem o qual não podemos viver”.

O mal Antropocênico e a negligência de uma agenda desenvolvimentista

Consideremos, em um breve exercício pedagógico, o Antropoceno como um mal; sejamos ousados: um tumor. Ora, de maneira geral, uma das primeiras preocupações após a amarga notícia é saber se estamos lidando com um tumor benigno (um bom Antropoceno)²⁵ ou um tumor maligno (um mau Antropoceno). Não pretende-se aqui fornecer tal diagnóstico, mas a título de investigação,

o papel preponderante da conversão de florestas em pastagens no caso brasileiro, onde mais de 80% do desmatamento estava relacionado com essa atividade no período entre os anos de 1990 e 2005. Disponível em: <<http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/425810/>> Acesso em abr. 2017.

²³ Segundo o Dossiê emitido pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), um terço dos alimentos consumidos cotidianamente no Brasil está contaminado por agrotóxicos. Disponível em: <<http://abrasco.org.br/dossieagrotoxicos/>>. Acesso em: abr. 2017. O Instituto Nacional do Câncer (INCA) emitiu uma nota na qual recomenda a redução do uso de agrotóxicos na produção de alimentos, tendo em vista o seu potencial carcinogênico. O documento ainda destaca que a liberação para a utilização de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) no Brasil contribuiu para que o país viesse a ocupar o primeiro lugar no ranking de consumos de agrotóxicos no mundo, já que o cultivo em larga escala dessas sementes está associado com a utilização de elevadas quantidades de agrotóxicos. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/agencianoticias/site/home/noticias/2015/inca_lanca_documento_e_promove_debate_sobre_maleficios_dos_agrotoxicos>. Acesso em mai. 2016.

²⁴ Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2014), o Cadastro de Empregadores que submeteram os trabalhadores à situações análogas a escravidão totalizaram em 609 [empregadores]. As atividades que mais concentraram essas situações foram: a pecuária (40%); a produção florestal (25%); a agricultura (16%) e a indústria da construção com (7%), esta última mais recorrente em zonas urbanas. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/trab_escravo/portaria-do-mte-cria-cadastro-de-empresas-e-pessoas-autuadas-por-exploracao-do-trabalho-escravo.htm>. Acesso em: nov. 2015.

²⁵ O termo “bom Antropoceno” está presente no manifesto ecomodernista. Ver nota nº: 45.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

examinemos a especificidade do caso brasileiro: os incentivos para o crescimento da produção industrial automobilística²⁶ e o planejamento das cidades centrados no transporte automobilístico; a aprovação do novo Código Florestal Brasileiro, as controvérsias²⁷ a respeito das Áreas de Preservação Permanente (APP) e os almejados records na produção de *commodities* do agronegócio; a crescente intensidade das atividades mineradoras²⁸, com destaque para a exportação do minério de ferro²⁹ obtido com elevado potencial de degradação ambiental³⁰; e os recentes esforços para fragilizar a

²⁶ O site oficial da Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (FENABRAVE) aponta para a existência de um projeto que poderia acrescentar a venda de até 500 mil veículos novos por ano. Tal medida vislumbra substituir gradativamente os caminhões com mais de 30 anos e os veículos leves com mais de 15 anos por veículos novos - fato que proporcionaria a retomada de crescimento do setor. Disponível em: <<http://www3.fenabrave.org.br:8082/plus/modulos/noticias/ler.php?cdnoticia=6949&cdcategoria=1&layout=>>. Acesso em: jan. 2016.

²⁷ Cabe destaque que algumas contradições relativas às APP, conforme expostas na redação da referida Lei, estão sendo objeto de apreciação, com a realização inclusive de Audiência Pública. Ver: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=314613>>. Acesso em abr. 2017.

²⁸ Atento especialmente para dois empreendimentos de grande magnitude no estado do Pará: em 17 de dezembro de 2016, a empresa Vale do Rio Doce inaugurou o maior empreendimento da história da indústria de mineração. O projeto "S11D" vislumbra aumentar a produção de minério de ferro do estado do Pará, até 2020, para 230 milhões de toneladas métricas ao ano. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/PT/initiatives/innovation/s11d/Paginas/default.aspx>> Acesso em dez. 2016. E o "Volta Grande Gold Project", em uma propriedade de 160.000 hectares, 20 quilômetros ao norte da usina hidrelétrica de Belo Monte. Para esse caso, em outubro de 2016, o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) propôs duas recomendações imediatas após visita aos municípios de Altamira e Senador José Porfírio, onde os moradores de áreas urbanas e rurais enfrentam os impactos da instalação da Usina de Belo Monte acumulados com problemas oriundos da chegada da empresa mineradora, a saber: i) uma solução emergencial para os moradores do bairro Jardim Independente I, em Altamira; ii) a paralisação da aquisição de terras irregularmente pelo empreendedor em Senador José Porfírio. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/informativos/edicoes-2016/outubro/mpf-pa-atingidos-por-belo-sun-e-belo-monte-preocupam-conselho-nacional-de-direitos-humanos>>. Acesso em: nov. 2016.

²⁹ O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) informou que no primeiro semestre de 2015 houve um acréscimo de 15,5% da produção mineral (protagonizado pela produção de minério de ferro, cobre e manganês, com respectivos 17,16% ; 61,44% e 21,07%), quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/dnpm/informes/informe-mineral-2015-1o-semester>>. Acesso em: nov. 2015. Ver também: "Vale registra lucro de R\$ 7, 89 bilhões no primeiro trimestre [de 2017]" com recorde de produção de minério de ferro para um primeiro trimestre. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/vale-registra-lucro-de-r-789-bilhoes-no-primeiro-trimestre.ghtml>> Acesso em: abr. 2017.

³⁰ Atualmente, segundo o Cadastro Nacional de Barragens de Mineração, existem 399 empreendimentos em atividade que possuem barragens de mineração ou cavas exauridas de barramento. Destas, 27 estão incluídas em Categorias de Risco classificadas como "alto" - 8 no Pará; 11 no Amazonas; 5 em Minas Gerais; duas no Mato Grosso do Sul e uma no Mato Grosso. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/assuntos/barragens/arquivos-barragens/cadastro-nacional-de-barragens-de-mineracao-dentro-da-pnsb>> Acesso em: nov. 2016.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

legislação ambiental³¹ são apenas alguns dos agravos que constam em uma agenda desenvolvimentista³² que atua, também, como um registro de negligência para com o mal Antropocênico que, como ocorre com muitos tumores, não cessa de crescer. Alimenta-lo, portanto, é a controvérsia para a qual se busca aqui atentar.

Logicamente que tal agenda torna-se mais palatável com o auxílio de uma série hipnosés e docilizações. No caso brasileiro, a oferta de emprego se apresenta como um argumento aparentemente irrecusável – e compreensível – já que a taxa de desocupação (desocupação/força de trabalho x 100), no último trimestre de 2016, foi de 11,9% (12, 1 milhões de pessoas)³³. Tal fato confere ao capital um vasto terreno para a deslocalização por intermédio do que Phillippe Pignarre e Isabelle Stengers denominaram de “alternativas infernais”³⁴. Isto pode se traduzir em um exemplo constante: o poder de barganha para que as atividades com elevado potencial degradador possam se inserir em lugares fecundos ao desenvolvimento de seus negócios; e as assimetrias características do cenário brasileiro

³¹ Ver: Projeto de Lei do Senado (PLS) 654/2015, que propõe a criação de um rito de licenciamento ambiental especial (LAE) para empreendimentos de infraestrutura estratégicos. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/123372>> Acesso em: fev. 2016. Ver também a redação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) no 65/2012, que dispõe que a apresentação do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA) poderia substituir o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), de maneira a autorizar e agilizar as obras e/ou evitar as suspensões de obras em execução. Cabe destacar que a referida PEC foi aprovada, em 27/04/2016, pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/109736>> Acesso em mai. 2016.

³² A “Agenda Brasil”, proposta no Senado Federal Brasileiro, em agosto de 2015, tem como finalidade propor uma série de medidas para a retomada do crescimento econômico, dentre as quais, de especial interesse à questão ambiental, destacam-se: a revisão da legislação de licenciamento de investimentos em áreas protegidas; a simplificação do licenciamento para a construção de equipamentos e infraestrutura em Unidades de Conservação; a simplificação dos procedimentos de licenciamento ambiental; e a revisão dos marcos jurídicos que regulam as áreas indígenas, de maneira a permitir a compatibilização do setor produtivo. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/08/12/agenda-brasil>> Acesso em: dez. 2016.

³³ Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&idnoticia=3351&busca=1&t=pnad-continua-novembro-taxa-desocupacao-foi-11-9>> . Acesso em: dez. 2016.

³⁴ Para Stengers (2015, pp. 55-56), as alternativas infernais se impõem em distintas situações, de maneira que não cause muito alarde, mas que possam minar a capacidade de pensar e de resistir daqueles aptos a fazê-lo. É por tal fato que as alternativas infernais concernem, em primeira instância, ao mundo do trabalho. Contudo, vale atentar que outras alternativas emergem no horizonte, notadamente àquelas que sugerem possibilidades de piora da situação atual; um exemplo é a crise energética e as mudanças climáticas. Nesse caso, os biocombustíveis interpretam um importante papel, onde as alternativas (infernais) são: um aprofundamento da crise energética ou uma considerável fatia de terra agricultável.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

– observadas, por exemplo, em indicadores municipais³⁵ - favorecem esse processo. Nesse caso, uma alternativa infernal de fácil identificação, embora muito ampla, é a garantia de degradação ambiental ou o desemprego. Não é estranho que, após a já citada catástrofe causada em decorrência da atividade mineradora em Minas Gerais, um grupo de moradores das cidades atingidas foi às ruas solicitando a retomada das atividades de mineração para garantir a continuidade dos fluxos econômicos³⁶. Aqui, a leitura de Giorgio Agamben (2007, p. 70) - inspirado em Walter Benjamin, que coloca o capitalismo como a religião da modernidade - pode iluminar esse problema, uma vez que como religião, atenta o autor, o capitalismo apresenta um caráter cultural cuja liturgia é o trabalho, o elemento que adoça com surpreendente efetividade o discurso desenvolvimentista do atual cenário político do Brasil³⁷. Na perspectiva litúrgica, suspeita-se aqui, especialmente para o caso brasileiro, o trabalho - essa categoria “improfanável”³⁸ de um capitalismo no qual a crise ambiental se tornou perene - dificilmente reverterá os danos aos ecossistemas e, quando obediente (economicamente ativo e politicamente passivo) será quase sempre tarde demais: para os ecossistemas e para a vontade de vida, que quando atrofiada, esta última, transmuta-se em corpos submissos cuja sedução do consumo satisfaz as exigências de um Mercado (no singular, com “M” maiúsculo; “másculo” inclusive) transfigurado em

³⁵ Ver: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/>>. Acesso em: dez. 2016. Destaca-se que o município de Canãa dos Carajás, que abriga o já citado “maior projeto da indústria de mineração” (ver nota: 28), é considerado nesse índice - exposto no texto com certa ironia, mas não sem motivo, pois atenta para um amplo terreno sob a possibilidade de futuras investidas em nome do “desenvolvimento” -, como o mais desenvolvido do estado do Pará.

³⁶ Sobre a manifestação que solicitou o retorno da atividade mineradora ver: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/protesto-em-apoio-samarco-e-feito-em-frente-prefeitura-de-mariana.html>>. Acesso em: dez. 2015.

³⁷ Atenta-se para uma passagem do discurso do até então Presidente interino (hoje o Presidente do Brasil), durante a cerimônia de posse dos novos ministros, a saber: “não vamos falar em crise, vamos trabalhar”. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidente-em-exercicio/discursos/discursos-do-presidente-em-exercicio/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-posse-dos-novos-ministros-de-estado-palacio-do-planalto>> Acesso em: jul. 2016.

³⁸ Segundo Agamben (2007, p. 79), o improfanável “baseia-se no aprisionamento e na distração de uma intenção autenticamente profanatória. Por isso é importante toda vez arrancar dos dispositivos [de poder] [...] a possibilidade de uso que os mesmos capturaram”. Assim, profanar o improfanável, segundo o autor, é a “tarefa política da geração que vem”. Em resumo: inventar novas formas de relações cotidianas; novos usos e relações para o trabalho também.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

um ente animado, e consideravelmente mimado, dotado de “musculatura”³⁹ e até de certo humor⁴⁰, na condição de que não seja contrariado.

Félix Guattari (2015, pp. 393-394) observou que

em um ambiente de passividade mass-midiática, quanto mais se evoca a catástrofe, mais é inconscientemente desejada. Benefício secundário [...] de semelhante promoção mortífera: a abertura de novos mercados [...] e do eco-negócio industrial.

Trata-se aqui de atentar para as “hipnoses docilizadoras” (Vaneigem, 2002) que azeitam os mecanismos para a consagração do neocapitalismo ecológico, que pinta o óleo, o metal e as cinzas com o verde, que também é a cor do dinheiro⁴¹. Os investimentos em programas socioambientais por parte dos conglomerados da degradação – ainda que observadas as boas intenções de muitos cientistas que deles participam - são um importante ato onde “o que não pode ser usado acaba, como tal, entregue ao consumo ou à exibição espetacular” (Agamben, 2007, p. 71), aqui descrito como o *encanto ambiental*. Tal encanto - note-se: inerente aos grandes conglomerados – confere à degradação ambiental o *status* de um mal necessário, e não o faz sem a tentativa de garantir certa passividade com o precioso auxílio da exibição espetacular.

Seguramente que trata-se de uma hipótese tão ampla quanto passível de ajustes, pois provisória, mas esses conglomerados funcionam conforme a economia do Holoceno, e se o lucro for ameaçado em qualquer instância, não é absurdo suspeitar que os trabalhadores⁴² e os projetos

³⁹ Essa “metáfora zoomórfica” Guattari (2012, p. 46), encontra-se com alguma facilidade no site oficial de um importante jornal especializado em economia, e de ampla circulação no Brasil. Em 20 de dezembro de 2016, cerca de 418 resultados foram exibidos quando a palavra “musculatura” foi inserida na caixa de busca presente no site do jornal. Embora nem todos os resultados demonstrem a associação direta entre os vocábulos “musculatura” e “mercado”, a presença elevada de tantos resultados sugere a possibilidade de uma relação. Disponível em: < <http://www.valor.com.br/busca/musculatura> >. Consultado em: set. 2016.

⁴⁰ Raoul Vaneigem (2002, p. 15) observou: “o novo consumismo pode ser democrático assim como brincalhão, mas sempre apresenta sua conta, e obriga que seja paga”.

⁴¹ Adaptado do original de Vaneigem (2002, p. 15). O autor refere-se a emergência do “mercado de afeto - uma indústria que extrai lucros do coração”, onde antigos mecanismos de poder “trabalham sob outras cores, a verde, por exemplo, que é também a cor do Dólar”.

⁴² Para o caso específico do município de Macaé, que se destaca como um dos municípios do estado do Rio de Janeiro que mais emprega trabalhadores associados à indústria do petróleo, o ano de 2015 teve nas atividades ligadas ao setor de extração de petróleo o maior número de desligamentos (3.217 postos de trabalho), somando-



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

ambientais serão diretamente prejudicados - quiçá dispensados -, o que deixaria carecendo de proteção os ecossistemas outrora “protegidos” por tais projetos e poderia alimentar o clamor de retorno à plenitude dessas atividades degradadoras por aqueles que, por falta de opções – leia-se outros possíveis -, necessitam se colocar em marcha com o modelo exportador de commodities para aderir à economia de um Mercado que quando acessível é grande demais para a Terra; e quando inacessível pode assumir a forma de conservadorismos. Assim, especialmente no segundo caso, forças potencialmente progressistas podem tornar-se conservadoras em um processo semelhante ao que Guattari (2012, p. 13) denominou como “reterritorializações conservadoras de subjetividade”.

A tecnofilia ecomodernista

Partamos do estudo de Stephen (*et al.*, 2011), cujas observações sobre a concentração por volume de CO₂ atmosférico demonstram uma importante variabilidade: em 1750 era de 277 partes por milhão (ppm); 279 ppm em 1775; 283 ppm em 1800 e 284 ppm em 1825. Até aqui, todas as concentrações observadas se inserem na variação Holocênica de 260 – 285 ppm. Apenas em 1850 a concentração de CO₂ atmosférico foi até o limite Holocênico (285 ppm) e aumentou, para além de tal limite, em 1900 com 296 ppm. Em outubro de 2016, quando comparado com o mesmo mês do ano anterior, a mensuração da concentração por volume de CO₂ atmosférico, no observatório de Mauna Loa, Havaí, foi de 401.57 ppm; enquanto que em 2015 foi de 398.29 ppm⁴³. Tamanho é o cenário ambíguo proporcionado por tais constatações: péssimo para a vida coletiva e profícuo para os negócios de geoengenharia: “devemos escolher entre o Apocalipse e o futuro radiante?” diria Latour (2016b, p. 9).

Um fato recorrente entre o grupo dos ecomodernistas é o de tomar as técnicas de geoengenharia como a solução para os problemas ambientais, mas, com alguma frequência, sem problematizar as possíveis consequências de tal utilização para os distintos povos e assembleias de

se a esse número 1.444 supressões de postos de trabalho de empresas que realizavam contratações para realizar serviços à PETROBRAS. Disponível em: <<http://www.maca.e.br/midia/uploads/Análise%20Emprego%20Formal%20dezembro%202015%20-%20Macaé.pdf>>. Acesso em jun. 2016.

⁴³Disponível em:< <http://www.esrl.noaa.gov/gmd/ccgg/trends/>>. Acesso em: nov. 2016.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

espécies que habitam a Terra coletivamente⁴⁴. Recentemente, a Diretora de Políticas de Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e vice-presidente do painel do clima da Organização das Nações Unidas (ONU), Thelma Krug, expôs a seguinte preocupação:

implementar tecnologias complicadas e que não estão amadurecidas [...] e isso ter uma implicação na vida das pequenas ilhas [...] também é uma preocupação moral. É um dilema. Eu tenho muita sensibilidade com a questão de geoengenharia hoje. E não sou só eu. O IPCC tem preocupação até em tratar esse tema. Mas é a questão do dilema [...]⁴⁵.

O Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas (IPCC, 2014, pp 433-435)⁴⁶ atenta para os riscos da ampla utilização das tecnologias que pretendem gerar emissões negativas de CO₂, com o exemplo mais notável das denominadas tecnologias de Captura e Armazenamento de Carbono (CCS). Em tese, ainda que balizado por um número limitado de estudos, o que não assegura, conforme aponta o IPCC, para a eficácia dessas tecnologias, as CCS's poderiam suplantam outras formas de mitigação (como o reflorestamento) e, em virtude de uma possível redução nas concentrações de CO₂ na segunda metade do século, poderia intensificar a emissão por parte de alguns setores industriais que tradicionalmente já emitem grandes quantidades de CO₂, mas em um curto intervalo de tempo⁴⁷. Estaríamos portanto, nesse cenário, na iminência de uma intensa investida territorial por parte dessas indústrias. Por outro lado, o IPCC (2014: 422) possui uma passagem especialmente importante no que tange a base neoliberal de suas recomendações, quando aponta que os seus modelos utilizam as bases econômicas para a tomada de decisão e assumem o pleno funcionamento dos mercados e o comportamento competitivo que os caracterizam, o que incentiva, mesmo que indiretamente, a emergência de “soluções” como as tecnologias CCS's.

Não se trata aqui de incentivar a tecnofobia, mas, como sugere Guattari (2015), de considerar a (re)apropriação da tecnologia através de ações políticas específicas com peso para cambiar as

⁴⁴ O Manifesto Ecomodernista do “Breakthrough Institute” (AN ECOMODERNIST MANIFESTO, 2015, p. 18), afirma, por exemplo, que a urbanização, a intensificação agrícola, a aquicultura, a energia nuclear e a dessalinização são processos que demonstram a redução da dependência direta dos humanos sobre os ecossistemas. Disponível em: <<http://www.ecomodernism.org/manifesto/>>. Acesso em: jul. 2015.

⁴⁵ Disponível em: <<http://www.observatoriodoclima.eco.br/relatorio-sobre-15oc-trara-dilema-moral/>>. Consultado em: nov. 2016.

⁴⁶ Disponível em: <<http://www.ipcc.ch/report/ar5/wg3/>>. Acesso em: jun.2016.

⁴⁷ Tal descrição não é inédita e foi inspirada na reflexão, vale dizer, muito bem detalhada de Daniel Tanuro. Disponível em: <<http://www.inprecor.fr/article-Climat-Le%20spectre%20de%20la%20géologie%20hante%20l'accord%20de%20Paris?id=1867>>. Acesso em: jun. 2016.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

orientações aterradoras do crescimento econômico atual. O autor observa a importância de considerar as mutações científicas, tecnológicas, estéticas e maquinicas em um sentido amplo. Afinal, o movimento reacionário à respeito da máquina pode servir de argumento à todos os conservadorismos, fobias e reterritorializações microfascistas. Trata-se, portanto, de sinalizar para o que Bookchin (2010, pp. 98-99) denominou como “tecnologia popular”; técnicas descentralizadoras que possam favorecer a autonomia das pessoas e das comunidades face às técnicas concentradoras de riquezas e mantidas através de des-reterritorializações sucessivas, cujo exemplo emblemático no Brasil é a construção do complexo para geração de energia hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira, no Pará: às famílias originalmente ocupantes das áreas que serão alagadas quando do funcionamento da Usina foram oferecidas duas alternativas, a saber: i) as indenizações; ii) o reassentamento distante do rio. A primeira seria incompatível com a especulação fundiária crescente na região pela chegada do empreendimento; a segunda distanciaria as famílias de seus modos de vida tradicionais ligados ao rio

48

Ruir as margens sufocantes

Procurei demonstrar que, especialmente para o caso brasileiro, existem grupos que pretendem controlar o Antropoceno através de investidas territoriais de caráter entrópico. No entanto, isto não é feito sem que haja resistência. Uma passagem oriunda da Carta Aberta da Sociedade Civil Brasileira na 13^a Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica e seus Protocolos⁴⁹, assinada por 58 atores - entre associações, articulações, movimentos, campanha, comissões, coordenações, fóruns, fundações, grupos, centros, instituto, núcleos de pesquisa, redes, sindicatos, sociedades e organizações -, em 05 de novembro de 2016, parece corroborar esse argumento:

“Entendemos que o cumprimento das metas de Aichi [para conter a perda de biodiversidade mundial], especialmente as referentes à conservação e uso sustentável da biodiversidade, está

⁴⁸ Informação obtida no Dossiê Belo Monte do Instituto Socioambiental (ISA 2015, p. 18). Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/dossie-belo-monte-site.pdf>>. Acesso em: jul. 2016. Cabe destacar: conforme consta na página oficial do Ministério de Minas e Energia (MME, 2016), “a construção de Belo Monte atende aos interesses do governo brasileiro de produzir energia limpa, renovável, sustentável e eficiente para assegurar o seu desenvolvimento econômico e social”. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/web/guest/destaques-do-setor-de-energia/belo-monte>> Acesso em: jul. 2016.

⁴⁹ Disponível em: <<http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2016/11/CARTA-DE-POSICIONAMENTO-SOCIEDADE-CIVIL-PARA-COP-13-MOP-8-MOP-2.pdf>> Acesso em: nov. 2016.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

intrinsecamente associada à garantia de acesso dos agricultores, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais à terra e ao território tradicionalmente ocupados [...]

Em uma entrevista traduzida recentemente por André Degenszajn (2015, p. 99), Michel Foucault comenta que “se não houvesse resistência, não haveria poder [...] as relações de poder aludem, de um lado, à vontade de impor algo e, de outro, ao desejo de resistir”. Nesse caso, “as tensões podem ser fortes ou visíveis ou implícitas, e assim por diante”. Assim, “é no campo das resistências, mais ou menos fortes, que constituem uma sociedade”. Contudo, “a resistência não pode mudar nada se nas formas pelas quais as pessoas resistem ao poder não há uma nova forma de organização, de relações, de relações sociais, de ideologia do saber, e assim por diante”.

Desde que entramos no multiverso, revelar o incompatível, lançar luz sobre aqueles “que se negam a compor” (Latour, 2016a, p. 161) é um importante passo para que sejam formadas alianças com aqueles a quem o poder atua como - digo isso inspirado na leitura de Foucault (2011, p.77) - um “abuso intolerável”. Evidentemente que isso traz o problema de um novo diálogo entre essa multiplicidade; suscita o desafio de que isso ocorra sem a “tentativa de reorganizar o mesmo poder apenas como uma mudança de titular” (Foucault, 2011, p. 78). Para iluminar tal problema, examinemos, ainda que de maneira resumida, a noção dos agenciamentos coletivos.

Um agenciamento é o “crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões” (Deleuze e Guattari, 2014, p. 24). Guattari (2013) observa que os agenciamentos coletivos temem a instalação de leis fundadas sobre a hierarquia de essências transcendentais e preferem conferir a si as suas leis em função das contingências históricas e das singularidades que lhes são inerentes. Os agenciamentos coletivos podem até despejar leis gerais, mas que em virtude de seu caráter transitório serão substituídas diante de outras leis e outros agenciamentos. Se trata, portanto, de uma tendência para o caso das instituições, segundo Guattari (2013, p. 108), “de equipamentos enganchados a um sistema de leis e de regulamentos hierarquizados em arborescência”; e as resistências, entendidas como rizomas, por sua vez, “Ilude[m] essas mesmas instituições, esses mesmos equipamentos e trabalha ao nível dos agenciamentos coletivos [...]

Para Guattari (2013, p. 109), os comportamentos das multiplicidades implicam



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

agenciamentos que associam, mais além do que as relações das pessoas, órgãos de grupos, processos econômicos, materiais e semióticas de todo tipo. Por não estar equipado por leis transcendentais e por representantes da lei, por não estar dispostos da maneira de (bi)dipolos objeto-sujeito [...] ditos agenciamentos constituem o lugar onde se refugia tudo o que há de vivo no socius.

É a partir dessa constatação que, na leitura do autor, tudo pode voltar-se para a construir um outro mundo de possíveis; que compromete aquele que está na posição da tomada de decisão “em nome de”. Em resumo, a função de um referido agenciamento coletivo não consiste em colocar um acordo universal sobre objetivos comuns, mas consiste em “articular o conjunto das componentes materiais e semióticas, econômicas e sociais [...] capaz de libertar-se das micropolíticas fascizantes de toda natureza” (Guattari, 2013, p. 110). Não nos esqueçamos que há em marcha algo de vivo no socius. A Carta Aberta da Sociedade Civil Brasileira que inaugura esse subcapítulo é somente um exemplo da manifestação de alianças sendo forjadas, ainda que isso não ocorra sem controvérsias e de maneira clara, mas que sugerem um amplo descontentamento com o capital e com a Capital.

Para Donna Haraway (2015, p. 160) existe a possibilidade de que o Antropoceno seja um evento limite marcado pela destruição de espaços-tempos de refúgios para as pessoas e outros seres. Segundo a autora, a Terra está, neste momento, repleta de refugiados, humanos e não-humanos sem refúgios. Portanto, se o que está colocado em disputa são distintos territórios de vida, pode-se suspeitar que na medida em que vão se tornando visíveis os componentes que agregam os distintos coletivos nos seus respectivos territórios⁵⁰, pode emergir a noção de *refugiados em potencial*⁵¹, um conceito-limite (Agamben, 2007) que pode ser capaz de colaborar no esclarecimento do estado de Guerra dos Mundos - uma condição para que a paz seja negociada (Latour, 2002). Logo, para saber com quem – humanos e não-humanos - agenciar-se agora que o acordo sobre o universo não é mais

⁵⁰ Segundo o xamã yanomami Davi Kopenawa (2015, p. 480) “na floresta, a ecologia somos nós os humanos. Mas são também, tanto quanto nós, os *xapiri* [espíritos xamãs], os animais, as árvores, os rios, os peixes, o céu, a chuva, o vento e o sol!”; “Nascemos no centro da ecologia e lá crescemos”; “Nós falamos de *urihi a*, a terra-floresta, e também dos *xapiri*, pois sem eles, sem ecologia, a terra esquenta e permite que epidemias e seres maléficis se aproximem de nós!”.

⁵¹ Agamben (2007, p. 30) sustenta que o refugiado “é um conceito-limite” que põe em crise radical os princípios do Estado-nação. Sugiro tal termo (refugiados em potencial) na função de lançar alguma luz sobre o problema das degradadoras investidas territoriais no Brasil (p.ex. o agronegócio; a mineração e as empresas de energia – fossilista e hidrelétrica), apenas.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

feito sem resistência (Latour, 2016a, p. 208), é preciso conhecer o multiverso: outros mundos de possíveis para subtrair um Mundo incompatível.

É notável que vivemos em uma época de urgências, no entanto, é igualmente notável que precisamos evitar todas as armadilhas que convidam aos microfascismos. Não são raras as milícias que proliferam e vociferam à favor do controle social por intermédio de atitudes dotadas de características (micro)fascistas, assim como foram as diversas polícias de tempos sombrios. A história, recente inclusive, nos mostra que em nome da paz, a violência - com alguma frequência iniciada por grupos pequenos - levou (e leva) à barbárie; em nome da liberdade, mundos foram cerceados e contidos; e em nome do *meio ambiente*, da *sustentabilidade* e dos tantos termos reivindicados pelos distintos grupos que proliferam e advogam à favor dessas “bandeiras”, o que pode vir?

Conversação

O Antropoceno, independente de sua formalização, aqueceu o clima do debate contemporâneo sobre a interferência humana no funcionamento do planeta. Essa época surge, em grande parte, pela tentativa de fazer funcionar um crescimento ilimitado incompatível com o(s) tempo-espaço(s) de um planeta limitado. Logo, não é coincidência que se fale também no Capitaloceno (ver: Haraway, 2015 e Haraway *et al.*, 2015).

Debater o que está em disputa é demasiadamente importante e tal tarefa não será fácil. É evidente que não há uma solução pavimentada e que tampouco será provida pelas ciências, embora estas tenham um papel importante nesse fazer. Para a ecologia política, que é de onde falo, a minha modesta proposição é que esta também seja capaz de exibir outros meios de compor aquilo sem o qual não podemos viver coletivamente.

Logicamente que isso traz implicações de ordem epistemológica; mas os refugiados em potencial não parecem estar aguardando – e nem teriam tempo para tal! - a orientação de especialistas. Nesse caso, é de grande relevância que os cientistas e o público interessado nas questões ecológicas, inclusive a título de aprendizado, lancem olhares para as diversas “lutas ontológicas” (Escobar, 2015) que, em vanguarda, resistem - com a Terra – “à [...] dissolução [ecocida] pelo liquidificador modernizante” (Viveiros de Castro, 2015). Afinal, seria um equívoco acreditar em uma Ciência daqui



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

purificada dos problemas de lá. Lembro: a água represada de lá também ilumina os pensamentos daqui.

Os abusos que nos *levaram ao/trouxeram o* Antropoceno sugerem que será a Terra a detentora da palavra final sobre a pretensa soberania do determinismo econômico; por outro lado, suspeito que será com essa mesma Terra que será composta, e aqui me inspiro em Agamben (2007, p. 21), a *política que vem*. Daí a *contribuição* da ecologia política, para que seja possível exibir os territórios indispensáveis às formas-de-vida e, então, compor outros possíveis aonde os esforços para a dominação dos refúgios na Terra se torne um abuso intolerável, pois para Ela já parece ser (eis o Antropoceno). Entre *tecnófilos e aceleracionistas* que pensam em escapar rumo ao universo e *tecnófobos e/ou neonacionalistas* inebriados por um certo neomalthusianismo que força ao aparecimento de fronteiras, suspeito que é chegada a hora de descobrirmos o meio; experimentarmos outros possíveis; conhecermos o multiverso: desgarrar nas curvas da história para tornarmo-nos Terranos. Reconheço que esse será um processo desafiador, lento e interminável, mas amplia-lo sugere-se inadiável: estamos atrasados? O silenciamento dos espaços finitos me apavora.

Referências

Agamben, G. Profanações. Trad. Selvino José Assmann, São Paulo: Boitempo, 2007.

Agamben, G. Meios sem fim. Notas sobre a política. 1ª ed. Trad. Davi Pessoa Carneiro, Belo horizonte: Autêntica Editora, 2015.

Asafu-Adjaye, J. et al (2015) *An Ecomodernist Manifesto*. Disponível em: <<http://www.ecomodernism.org>> Acesso em: 02/10/2015.

Begon, M.; Townsend, C. R.; Harper, J. Ecologia: de indivíduos a ecossistemas. Trad. Melo, A. S.; Bicca-Marques, J. C.; Oliveira, P. L.; Hartz, S. M. 4^{ed}. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Bookchin, M. Ecologia social e outros ensaios. Mauro José Cavalcanti (Org.), Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

Casanova, P. G. As novas ciências e as humanidades: da academia a política. Editora Boitempo. São Paulo. 2006, 335 p.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia
Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Cook, J. et.al. Quantifying the consensus on anthropogenic global warming in the scientific literature. *Environmental research letters*, volume 8, number 2, 2013. Disponível em: <<http://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/8/2/024024/meta>> . Acesso em: 19/01/2016.

Crutzen, P. Geology of mankind. *Nature*, Vol. 415, 23, 2002. DOI: 10.1038/415023a

Crutzen, P. Anthropocene man. *Nature*, Vol. 467, s10, 2010. DOI: 10.1038/467S10a

Deleuze, G. *Conversações*. 3ª ed. São Paulo: 34, 2013.

Deleuze, G. e Guattari, F. *Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia*, Vol. I. Trad. Oliveira, A.L.; Neto, A.G; Costa, C.P. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

Faustino, C. e Furtado, F. *Indústria do petróleo e conflitos ambientais na Baía de Guanabara: o caso do COMPERJ. Relatório da missão de investigação e incidência. Plataforma DHESCA – Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: 2013. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/03/platdhesca_o_caso_do_comperj.pdf> Acesso em: ago. 2016.

Escobar, A. Territórios da diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Vol. 35, dezembro 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v35i0.43540>

Foucault, M. *Microfísica do poder*. Roberto Machado (Org., Int., Rev. Tec.). 29ª Ed. São Paulo: Edições Graal, 2011.

Foucault, M. “O poder e a política de Michel Foucault”. Trad. André Degenszajn. *Revista Ecopolítica*, São Paulo, n. 12, mai-ago, pp. 93-107.

Guattari, F. *Caosmose*. Trad. Oliveira, A.L.; Leão, L. C. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

Guattari, F. *Líneas de Fuga. Por otro mundo de posibles*. 1ª ed. Trad. Pablo Ariel Ires. Cidade Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2013.

Guattari, F. *Qué es la ecosofia? Textos presentados y agenciados por Stéphane Nadaud*. 1ª ed. Trad. Pablo Ariel Ires. Cidade Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2015.

Haesbaert, R. *Viver no limite: Território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia
Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Hamilton, C. The theodicy of the good Anthropocene. Disponível em: <http://clivehamilton.com/papers/> . Acesso em 13/07/2015.

Haraway, D. Anthropocene, Capitalocene, Plantatiocene, Chthulucene: Making Kin. *Environmental Humanities*, Vol. 6, pp. 159-165, 2015. Disponível em: <http://environmentalhumanities.org/arch/vol6/6.7.pdf> > Acesso em: 25/05/2016.

Haraway, D.; Ishiwaka, N; Scott, N; Olwig, K; Tsing, A.L; Bubant, N. Anthropologists are talking – about the Anthropocene. *Ethnos*. 2015. DOI: 10.1080/00141844.2015.1105838.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. *Laudo Técnico Preliminar: Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais*, 2015. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/phocadownload/noticias_ambientais/laudo_tecnico_preliminar.pdf > Acesso em: ago. 2016.

Kopenawa, D. e Albert, B. A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami. 1ªEd. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

Latour, B. War of the worlds. What about peace? Chicago: Prickly Paradigm Press, LLC, 2002.

Latour, B. Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador, Bahia: Edufba, 2012; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.

Latour, B. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 11-31, nov. 2014a. ISSN 1678-9857. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/87702>> . Acesso em: 02/01/2016.

Latour, B. On some of the affects of capitalism. Lecture given at the Royal Academy, Copenhagen, 2014b. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/fr/node/550> > Acesso em: 18/12/2016.

Latour, B. Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas. São Paulo: Editora 34, 2016a.

Latour, B. On a possible triangulation of some present political positions. Paper given as the Mosse Lecture; Humboldt University, Berlin, 2016b. Disponível em: http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/148-MOSSE-BERLIN-DRAFT_0.pdf > . Acesso em: 19/09/2016.

Leff, E. Epistemologia ambiental. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia
Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Pádua, J. A. Um sopro de destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786 – 1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Projeções do agronegócio – Brasil 2014-2015 a 2024-2025*, 2015. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/PROJECOES_DO_AGRONEGOCIO_2025_WEB.pdf>. Acesso em: out. 2016.

Steffen, W; Grinevald, J; Crutzen, P; McNeill, J. The Anthropocene: conceptual and historical perspectives. 2011. Disponível em: <<http://rsta.royalsocietypublishing.org/content/369/1938/842>> . Acesso em: 09/12/15.

Stengers, I. Catastrophic times. Resisting the coming barbarism. Open Humanities Press. 2015. Disponível em: <http://meson.press/wp-content/uploads/2015/11/978-1-78542-010-8_In-Catastrophic-Times_Stengers.pdf>. Acesso em: 28/11/15.

Vaneigem, R. A arte de viver para as novas gerações. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002.

Viveiros de Castro. E. O recado da mata. In: Kopenawa, D. e Albert, B. A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami. 1ªEd. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

Waters, C.N; Zalasiewicz, J.; Summerhayes, C.; Barnosky, A.D.; Poirier, C.; Uszka, A.G.; Cearreta, A.; Edgeworth, M.; Ellis, E.C.; Ellis, M.; Jeandel, C.; Leinfelder, R.; McNeill, J.R.; Richter, D.; Steffen, W.; Syvitski, J.; Vidas, D.; Waple, M.; Williams, M.; Zhisheng, A.; Grinevald, J.; Odada, E.; Oreskes, N.; Wolfe, A.P. Anthropocene is functionally and stratigraphically distinct from the Holocene. *Science*. Vol. 351, 6269, pp. 137-148. DOI: 10.1126.